

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.263 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2001

Agenda da Semana



Romeu Tuma é autor da PEC sobre guardas municipais

Plenário vai examinar proposta que amplia poder das guardas municipais

Senadores votam nesta semana outras cinco PECs, entre as quais a que prevê a aplicação em infra-estrutura de 25% dos recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento e a que garante ao Senado competência para regulamentar a concessão de incentivos fiscais pelos estados.

PÁGINA 3

Congresso vota Bolsa-Escola e mais sete medidas provisórias

Em sessão conjunta do Senado e da Câmara marcada para amanhã, às 19h, devem ser examinadas oito MPs. Entre elas a que institui o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação e outras relacionadas com Imposto de Renda, operações financeiras com intermediação do Tesouro Nacional e critérios para o refinanciamento das dívidas municipais.

PÁGINA 5

CAE



Pontes é autor de um dos projetos que serão apreciados pela CAE

Aumento de capital em estatais deve ter nova limitação

PÁGINA 3

CAS



Althoff pretende evitar a situação de insegurança do trabalhador temporário

Seguro-desemprego pode beneficiar o trabalhador sazonal

PÁGINA 3

CCJ



Osmar Dias quer mais transparência nas concessões

Projetos mudam a concessão de serviços públicos

PÁGINA 5

Segurança nas operações da Petrobras será debatida em audiência pública na CI

PÁGINA 4



CE analisa projeto que obriga TV e rádio a padronizarem sinais de áudio

PÁGINA 4

Lauro Campos quer evitar elevação de volume nos intervalos comerciais

CFC RETOMA APURAÇÃO DO CASO EDUARDO JORGE

PÁGINA 5



Comissão toma depoimento de prefeito acusado de participar de quadrilhas

PÁGINA 5



CPI ouve ex-dirigentes do Fluminense sobre crise que rebaixou o clube

PÁGINA 4



Senado ganha novo ritmo com renovação de comissões

Redefinida a composição das sete comissões da Casa, intensifica-se o debate de assuntos como a proposta de reforma do Judiciário

A eleição dos presidentes das sete comissões permanentes foi um dos fatos mais marcantes das atividades do Senado semana passada, e deve ajudar a imprimir novo ritmo aos trabalhos legislativos. Temas como a proposta de reforma do Judiciário e o acidente na plataforma P-36, da Petrobras, já começaram a ser debatidos em audiências públicas pelas comissões a partir de amanhã.

Os novos presidentes das comissões herdam uma extensa lista de propostas prontas para entrar em pauta: são 370 projetos de lei apresentados por senadores, 47 projetos enviados pela Câmara, 19 projetos de decreto legislativo e 65 propostas de emenda à Constituição. São essas as matérias que começam



O Plenário do Senado aprovou 11 matérias na semana passada

a ser analisadas a partir de agora.

Na semana passada, o Senado aprovou quatro projetos de lei, seis projetos de decreto legislativo e um voto de pesar às famílias das vítimas do acidente da Petrobras. Além disso, deu início ao debate da emenda constitucional que reserva para obras estaduais de infra-estrutura 25% dos recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento das

regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste — que contam com 3% da receita dos Impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI).

Durante a discussão da proposta, observou-se falta de consenso no Plenário em relação ao tema. Alguns parlamentares, contrários à proposta, defenderam a destinação da totalidade dos recursos dos fundos para empreendimentos produtivos.

Garantido acesso de sindicatos a dados econômicos

Entre os projetos aprovados pelo Senado na semana passada, está o que garante às entidades sindicais direito a acesso livre e gratuito a informações do governo a respeito de registros administrativos como os da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o Cadastro Geral de Empregados e Desemprega-

dos, a Comunicação de Dispensa e o Requerimento de Seguro-Desemprego.

Também foi aprovado, em turno suplementar, o projeto da Câmara que cria a profissão de técnico em segurança patrimonial. O Plenário acolheu ainda os projetos que prevêem a elevação, de dez para 12 horas contínuas, do

período mínimo de repouso dos ferroviários e a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira. Ambos serão encaminhados à sanção presidencial.

Foram acolhidos seis projetos de decreto legislativo referentes a autorizações de funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Lobão pede aperfeiçoamento da Lei de Responsabilidade Fiscal

A necessidade de aprimorar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi defendida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele citou notícias veiculadas pela imprensa mostrando que 581 prefeituras de São Paulo, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul e Paraná não cumpriram



Lobão: prefeitos não conseguem cumprir a LRF

o primeiro prazo, previsto pela lei, para a prestação de contas. Segundo ele, os prefeitos, recém-empossados, “ainda não conseguiram dominar os meandros da administração”.

Edison Lobão citou como exemplo de solução para o problema a inicia-

tiva do Tribunal de Contas do Maranhão, que patrocinou o I Encontro de Gestores Municipais, reunindo 160 prefeitos maranhenses para debater a lei. O presidente do tribunal, informou o senador, destacou “a severidade da nova lei e as graves consequências que podem advir da desobediência de suas normas”.

O senador argumentou que os pequenos municípios, que não conseguem sequer oferecer um atendimento assistencial mínimo, não têm condições de criar receita para adotar medidas de caráter social.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não-deliberativa

PREVISÃO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99, que trata do financiamento ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, que dispõe sobre a constituição de guardas municipais; PLC nº 15/00, que institui o Dia Nacional da Ciência; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão; e Requerimento nº 61/01, do senador Amir Lando, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 92/2000, que já se encontra apensado ao PLS nº 101/2000, com o de nº 539/99, por regulamentar a mesma matéria.

19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias. Plenário da Câmara dos Deputados

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, que altera os limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 63/99; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS, entre outros.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, que veda instituir imposto sobre cadernos escolares; PLS nº 196/95, que concede anistia a trabalhadores punidos por participar de movimento reivindicatório; PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão sonora; PR nº 1/99-CN, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado, do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União; e PEC nº 50/96, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública sobre a política de prevenção de acidentes e de segurança operacional da Petrobras. Convidados: os presidentes da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira; o diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Lybersztajn, e o diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Maurício França Rubem. Plenário do Senado

15h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimento do prefeito do Amapá do Maranhão, Aveny Andrade Pacheco. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

15h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal; e apreciação dos relatórios apresentados às contas do presidente da República referentes aos exercícios de 1995 e 1999. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h — Conselho de Ética

Pauta: votação de requerimento de nova convocação, em reunião secreta, dos procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: eleição do vice-presidente. Ala Senador Alexandre Costa — sala 5

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 11/00, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLC nº 2/00, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária, entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

Após a Ordem do Dia — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 127/95, que padroniza o volume de áudio das transmissões de rádio e TV nos espaços dedicados a propaganda; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para serviço de radiodifusão sonora; e outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 88/00, que dispõe sobre a inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata; PLC nº 101/00, que faculta às gestantes o acesso a ônibus, cinemas e outros locais sem a utilização da catraca ou roleta; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — sala 9

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do ex-presidente do Fluminense Manoel Schwartz e do ex-presidente do Conselho Deliberativo do clube José Pereira Antelo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta:

1ª parte: audiência pública sobre reforma do Judiciário, tendo como convidados o ministro Almir Pazzianotto, do TST, e o tenente-brigadeiro-do-ar, Sérgio Xavier Ferolla, ministro do STM.

2ª parte: PLC nº 85/00, que dispõe sobre declarações de nascimento após o prazo legal; Requerimento nº 2/01, do senador Roberto Requião, solicitando que se proceda à identificação do beneficiário do cheque da prefeitura de Maringá (PR), nominativo ao extinto IPC, entre outros.

Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CI discute segurança nas operações da Petrobras

Presidentes da estatal e da Agência Nacional do Petróleo, além de representantes de petroleiros e engenheiros, deverão participar da audiência

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Alencar (PMDB-MG), ouve amanhã, às 10h, no Plenário do Senado, o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para obter esclarecimentos e informações sobre temas relacionados com as atividades de extração, produção e transporte de petróleo, em especial a política de prevenção de acidentes e a segurança operacional da Petrobras. A reunião foi motivada pelo acidente na plataforma P-36 da Petrobras, ocorrido no dia 15 de março e que vitimou 11 empregados da empresa. Também foram convidados o diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo,

David Zylbersztajn, o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira, e o diretor da Federação Única dos Petroleiros, Maurício França Rubem.

A plataforma P-36, que estava localizada no Campo do Roncador, Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, afundou em 20 de março, cinco dias depois das três explosões que comprometeram um dos flutuadores que a mantinham na superfície do mar.

No mesmo dia em que foi divulgada a notícia das três explosões na plataforma da Petrobras, o assunto foi tema de vários pronunciamentos de senadores na sessão do Senado. Também foi aprovado pelo Plenário requeri-



José Alencar, presidente da CI, deve coordenar os debates sobre o acidente com a plataforma P-36

mento de autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) solicitando que fosse encaminhado voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente.

CE examina projeto que obriga TVs e rádios a padronizarem sinais de áudio

Uma pauta com 15 itens deve ser apreciada na reunião da Comissão de Educação do Senado prevista para amanhã, sob a presidência do senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Entre as matérias, está o substitutivo da Câmara a projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) estabelecendo que os serviços de rádio e televisão padronizem seus sinais de áudio, de modo a que não haja, no momento da recepção, elevação injustificável de volume nos intervalos comerciais.

De acordo com o substitutivo, caberá ao Poder Executivo criar, no período de 120 dias a con-



Ricardo Santos preside a CE, que examinará também proposta de criação do Dia Nacional das Apaes

tar da publicação da lei, os mecanismos necessários à normalização técnica da matéria, bem como à fiscalização de seu cum-

primento. No caso de descumprimento dessa exigência, o infrator sofrerá pena de suspensão da atividade pelo prazo de 30 dias, triplicada em caso de reincidência.

A CE votará ainda projeto da Câmara que institui o Dia Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) elaborou parecer favorável. Também serão apreciados três projetos que homenageiam personagens ilustres dos estados de Roraima (Sylvio Boteelho), e da Paraíba (Rivando Bezerra Cavalcanti e o ex-governador Antonio Mariz).

Ex-dirigentes do Fluminense falam sobre crise que rebaixou o clube

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol brasileiro vai ouvir na quarta-feira, às 10 horas, o ex-presidente do Fluminense Manoel Schwartz e o ex-presidente do Conselho Deliberativo do clube José Pereira Antelo. Os dois devem falar sobre suposto desvio de verbas do clube na gestão de outro ex-presidente, Álvaro Barcelos. No dia seguinte, quinta-feira, também às 10 horas, a CPI ouvirá o vice-presidente administrativo do Vasco da Gama, Mário Cupello.

Schwartz e Antelo deverão falar sobre denúncias apontando Álvaro Barcelos como o responsável pelo desvio de cotas que o Fluminense recebeu do Clube dos 13 referentes a direitos sobre transmissão de TV. Barcelos dirigiu o Fluminense entre 1996 e 1997, quando o clube passou pela maior crise técnica e administrativa de sua história, que culminou com o rebaixamento à terceira divisão do futebol brasileiro.

Mário Cupello será interrogado



sobre irregularidades supostamente cometidas pela diretoria do Vasco da Gama e que incluem sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e fraude cambial. O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), anunciou que em menos de 10 dias terá respostas para o pedido feito ao ministro da Justiça sobre informações do governo dos Estados Unidos a respeito de contas bancárias em território norte-americano de clubes como Vasco, Flamengo, Grêmio e Internacional de Porto Alegre.

Álvaro informou também que os senadores da CPI tiveram participação na medida provisória que regulamenta o fim do passe no futebol e estabelece garantias para os clubes formadores de novos atletas. Até outubro, disse o senador, a CPI e o Ministério do Esporte e Turismo terão pronta uma legislação completa sobre o esporte profissional no Brasil. "Será uma espécie de Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada ao esporte profissional", disse.

Álvaro informou também que os senadores da CPI tiveram participação na medida provisória que regulamenta o fim do passe no futebol e estabelece garantias para os clubes formadores de novos atletas. Até outubro, disse o senador, a CPI e o Ministério do Esporte e Turismo terão pronta uma legislação completa sobre o esporte profissional no Brasil. "Será uma espécie de Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada ao esporte profissional", disse.



Álvaro Dias espera informações sobre contas de clubes no exterior

Geraldo Althoff entra com representação contra Eurico

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI do Futebol, apresenta hoje à Presidência do Senado representação contra o deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ) que, em declaração ao *Jornal de Brasília*, teria ameaçado um assessor da comissão. Coluna do jornal publicou que Eurico iria "dar porrada" no assessor, cujo nome não foi revelado, se fosse depor na CPI.

A lei de 1952 que regula o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito determina que impedir ou tentar impedir, através da violência ou ameaça, o regular funcionamento da CPI constitui crime. "Os funcionários da CPI têm o respeito dos senadores e não podem ser ul-

trajados", afirmou Althoff.

No início da CPI, o presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), já havia entrado com representação contra Eurico, que o teria ofendido. A representação deu origem a um processo que corre na corregedoria da Câmara. Esse deve ser o destino da representação de Althoff que, depois de apresentada ao presidente do Senado, senador Jader Barbalho, deve ser encaminhada ao presidente da Câmara, Aécio Neves, que, então, pode pedir à corregedoria daquela Casa que analise a queixa. Caso a corregedoria considere que Eurico é culpado, o deputado pode receber uma advertência ou até perder o mandato.

SENADO FEDERAL
UM CANAL ABERTO COM O CIDADÃO

Se você é de Brasília
sintonize o novo canal aberto 51 UHF

Se você não é de Brasília
sintonize a TV Senado através de antena
parabólica com sinal analógico na frequência
de 4130 MHz via BRASILSAT B1

A TV Senado continua disponível também
nas operadoras de TV por assinatura do país
(Sky, Net, Direct TV e Tec Sat).

51

TV SENADO
TV no Senado de política nacional

CRE reúne-se amanhã para eleger novo vice-presidente

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, às 17h, para eleger seu vice-presidente. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) foi escolhido presidente da comissão em reunião ocorrida na última quarta-feira, sucedendo ao senador José Sarney (PMDB-AP). O vice-presidente será um parlamentar do PMDB, conforme acordo feito entre os líderes partidários.

Entre as atribuições da CRE, está a de autorizar o presidente da República ou o vice-presidente a se ausentarem do território nacional. A comissão também trata dos assuntos que envolvam comércio exterior, a defesa interna e todos aqueles relacionados com as Forças Armadas.

Além de Jefferson Péres, são titulares da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional os senadores Gilberto Mestrinho (AM), Iris Rezende (GO), João Alberto Souza (MA), José Sarney (AP) e Renan



Jefferson foi escolhido presidente da Comissão de Relações Exteriores na semana passada

Calheiros (AL), pelo PMDB; Hugo Napoleão (PI), Bernardo Cabral (AM), Romeu Tuma (SP), José Agripino (RN), José Coelho (PE), pelo PFL; Geraldo Melo (PSDB-RN), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Pedro Piva (PSDB-SP) e Fernando Matusalém (PPB-RO), pelo Bloco PSDB-PPB; além de Geraldo Cândido (PT-RJ) e Tião Viana (PT-AC), do Bloco Oposição (PT-PDT-PPS) e Roberto Saturnino (RJ), pelo PSB.

Prefeito acusado de participar de crime organizado será ouvido

A CPI mista que investiga o crescimento do roubo de cargas no país ouve amanhã, a partir das 15h, o depoimento do prefeito do município de Amapá do Maranhão (MA), Aveny de Andrade Pacheco, acusado de envolvimento com quadrilhas que atuam na região por presidiários que estão colaborando com as apurações da comissão.

O depoimento estava marcado para o período em que a CPI esteve na cidade de São Luís – dias 15 e 16 de março –, mas ele não compareceu para prestar esclarecimentos, ao contrário de outros prefeitos maranhenses acusados de envolvimento com o crime organizado. Aveny confirmou sua presença amanhã e disse que não



depois na data prevista por estar participando de um encontro de prefeitos em Brasília.

Para o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), os depoimentos tomados no Maranhão foram proveitosos. Ele revelou, no entanto, que vários dos depoentes sofreram ameaças. Duas testemunhas que haviam acusado empresários e políticos locais de participarem do roubo de cargas negaram o que tinham afirmado e se recusaram a colaborar com as investigações.

A CPI estará em Campinas (SP), nos dias 29 e 30 de março, onde fará novas diligências. O município é considerado uma das principais bases de operação das quadrilhas de roubo de cargas.

Congresso Nacional aprecia MP que instituiu o Bolsa-Escola

A medida provisória (MP) que criou o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação, o Bolsa-Escola, está entre as oito MPs que serão votadas na sessão do Congresso marcada para amanhã, às 19h.

O programa, criado no mês passado, beneficia famílias carentes que mantenham na escola crianças com idade entre 6 e 15 anos e

será executado por meio de convênios firmados entre os municípios e o Ministério da Educação.

Também estão na pauta do Congresso MPs que versam sobre Imposto de Renda, operações financeiras com intermediação do Tesouro Nacional, instituição do prego como modalidade de licitação e critérios para o refinanciamento das dívidas municipais.

Multa por atraso em certidão de nascimento poderá acabar

Proposta pelo governo federal, a isenção da multa será examinada quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa na quarta-feira, a partir das 10h, projeto de lei que isenta de multa as pessoas que não registraram seus filhos dentro do prazo legal. O senador Amir Lando (PMDB-RO) é o relator da proposta, de autoria do Poder Executivo, que tramita em regime de urgência e deve ser apreciada pelo Plenário no mesmo dia.

O governo federal solicitou a urgência porque, em muitos casos, a falta de certidão de nascimento para as crianças impede suas famílias de receberem o benefício da Bolsa-Escola, programa de renda mínima instituído pelo Executivo. Ao tentarem obter o documento, os pais que não registraram seus filhos dentro do prazo legal são obrigados a pagar a multa, o que, na prática, inviabiliza sua inscrição no programa.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Os senadores da CCJ apreciam ainda, em caráter terminativo, dois projetos do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que modificam a lei que dispõe sobre a concessão de serviços públicos. O primeiro deles, relatado por Roberto Requião (PMDB-PR), procura ampliar a transparência dos contratos de exploração de serviços públicos, determinando que os contratos de concessão sejam publicados pela imprensa oficial.

– É necessário aprimorar a legislação a fim de que o direito do usuário possa ser resguardado e se evite o surgimento de



Presidente da CCJ, Bernardo Cabral também é o relator da proposta de reforma do Judiciário

monopólios privados em conluio com governantes – afirma o autor da matéria.

A proposta exige ainda que, mensalmente, o governo publique na imprensa oficial planilha com todas as receitas auferidas com concessões, assim como a destinação dos recursos. Além disso, que, trimestralmente, as concessionárias de rodovias publiquem demonstrativo de custos e receitas. Requião é favorável à matéria e apresentou substitutivo para que as informações também sejam divulgadas pela Internet.

O segundo projeto, relatado por Álvaro Dias (PSDB-PR), determina que novas concessões sejam precedidas de relatório de impacto econômico-social que analise o número de empregos gerados, o custo financeiro repassado aos agentes privados, o impacto sobre os custos para os setores produtivos e sobre as finanças públicas, inclu-

indo o efeito sobre a arrecadação de impostos. O relator é favorável, mas sugere que a matéria seja apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O último item da pauta da CCJ é o requerimento de Requião para que o Senado identifique o beneficiário de pagamento feito para saldar dívida junto ao Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) com recursos desviados do município de Maringá (PR). Requião acredita que o beneficiário do pagamento é um deputado federal que, uma vez identificado, pode vir a ser cassado.

– Espero que, rapidamente, identifiquemos e resolvamos o problema desse contribuinte do IPC, se ainda estiver no exercício do mandato, com a necessária e sanitária cassação do mandato – afirmou Requião em Plenário no início do ano. A solicitação de Requião tem parecer favorável do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Antes da votação dos projetos, a CCJ realizará audiência pública para debater a reforma do Judiciário com os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, e do Superior Tribunal Militar (STM), tenente-brigadeiro-do-ar, Sérgio Xavier Ferolla.

A reforma do Judiciário está configurada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 29/2000, de autoria do deputado Hélio Bicudo e que tem como relator o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Comissão de Fiscalização vai retomar caso Eduardo Jorge

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), vai reunir o colegiado na quarta-feira, após a Ordem do Dia, para examinar questões relacionadas com o caso Eduardo Jorge, enviadas pela subcomissão encarregada de avaliar os assuntos que ficaram pendentes na extinta CPI do Judiciário.

Quando a CPI do Judiciário encerrou os trabalhos, criou-se no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) uma subcomissão especial para apurar,

entre outras denúncias, o suposto envolvimento do ex-secretário geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira no superfaturamento da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A subcomissão concluiu pelo envio do caso à CFC, onde o assunto agora será reaberto por Suassuna, que vai designar um relator para a matéria.

Suassuna disse que pretende transformar a CFC em “uma CPI permanente”, com reuniões às quartas-feiras, depois da Ordem do Dia. O senador prometeu apu-



O senador Ney Suassuna anuncia a intenção de fazer da CFC “uma CPI permanente”

rar todos os processos que estão na comissão, além das novas denúncias que têm surgido sobre irregularidades na utilização de verbas federais.

Conselho de Ética decide se toma novo depoimento de procuradores

Também deve ser anunciado amanhã o relator do processo que investiga se houve fraude no painel de votação e quebra do decoro parlamentar

Em reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar marcada para amanhã, às 17h, os senadores decidirão se os procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly devem prestar novo depoimento, desta vez em sessão secreta. Alegando ética profissional, os dois se recusaram, na reunião do dia 14, a falar sobre os assuntos tratados na conversa que mantiveram com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Segundo matéria publicada na revista *IstoÉ*, Antonio Carlos teria insinuado a Guilherme Schelb e Eliana Torelly e ao também procurador Luiz Francisco de Souza que sabia como votaram os senadores na sessão que resultou na cassação do mandato do senador Luiz Estevão, o que caracterizaria violação do sigilo da votação. O Conselho de Ética está investigando se o ex-presi-



Tebet acredita que os esclarecimentos dos procuradores são suficientes

dente do Senado quebrou o decoro parlamentar.

Estava acertado que os procuradores deporiam na quarta-feira da semana passada, mas, como não havia solicitação oficial nesse sentido, o senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou requerimento pedindo que, antes, o plenário do conselho decidisse sobre a necessidade ou não de um novo depoimento de Guilherme Schelb e Eliana Torelly.

O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), manifestou sua opinião de que os esclarecimentos prestados por Schelb e Eliana Torelly no dia 14 são suficientes. Tebet vai aproveitar a reunião de amanhã para anunciar o nome do relator do processo que investiga a suposta fraude no painel eletrônico de votação e a possível

quebra de decoro parlamentar.

Também na reunião de amanhã, o Conselho de Ética deve deliberar sobre requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pedindo a convocação do jornalista Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado. Mesquita é apontado como autor de declarações aos procuradores de que teria sido responsável pelo vazamento para a imprensa de dados relativos ao sigilo fiscal e telefônico de Luiz Estevão.

Outros requerimentos devem ser formalizados no âmbito do conselho. Enquanto os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS) pretendem pleitear a contratação de novo trabalho de gravação da fita com a conversa de Antonio Carlos e os três procuradores da República, o senador Roberto Freire (PPS-PE) deve propor a tomada de depoimento de jornalista da *Folha de S. Paulo* que, em reportagem, teria levantado suspeita de participação de funcionários do Prodasen na suposta violação do painel eletrônico.

Peritos da Unicamp fazem novos testes no painel

Quatro técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp) voltaram a Brasília na sexta-feira e fizeram novos testes no painel de votações do Senado, depois de estudar por dez dias os programas dos computadores usados no sistema. A Unicamp foi contratada para investigar se podem ser conhecidos os votos secretos dos senadores, dados em sessões como a que cassou o senador Luiz Estevão, em junho do ano passado.

O coordenador dos peritos, Álvaro Crosta, informou que sua equipe tentará terminar o trabalho na próxima semana. Já o presidente da comissão do Senado que investiga a possibilidade de fraude no painel, Dirceu Teixeira de Mattos, disse que chamará outra vez para depor alguns funcionários do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), para que esclareçam dúvidas que surgiram nos últimos dias. Ele observou, no entanto,

que só a perícia da Unicamp poderá dizer se o painel pode ou não ser violado.

A comissão foi criada pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, depois que a revista *IstoÉ* publicou a reportagem sobre a conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães e os três procuradores da República. Nessa conversa, o ex-presidente do Senado teria dito conhecer os nomes dos senadores que votaram a favor e contra a cassação de Luiz Estevão.

Cultura ao Meio-Dia apresenta o filme *O Declínio dos Homens*

O filme *O Declínio dos Homens* é a atração da próxima quarta-feira no projeto Cultura ao Meio-Dia, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca. A produção francesa tem direção de Jacques Audiard, que iniciou sua carreira no cinema como roteirista.

O filme mostra a vida de um comerciante que inicia a caçada aos assassinos de seu melhor

amigo. O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, promove sessões de cinema todas as quartas-feiras, sempre no Auditório Petrônio Portella.

Serviço: *O Declínio dos Homens*, produção francesa/1994, 35mm, cor, 100 minutos. Informações: 311-1069.



Reforma política, dolarização e saúde entre os temas da TV Senado

Reforma política, dolarização da economia e saúde são alguns dos assuntos abordados pela programação da TV Senado que vai ao ar nesta segunda-feira.

O programa *Debate* recebe o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e o cientista político Paulo Kramer. Em discussão a reforma política e as maiores dificuldades para sua aprovação no Congresso. O *Debate* vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

A TV Senado apresenta também entrevista com o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), autor de

um projeto que obriga os estudantes das universidades públicas da área de saúde, em fase de conclusão do curso, a trabalharem no interior do país por um ano. A entrevista vai ao ar às 7h30, 12h30 e 20h30.

A segunda parte do seminário promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos sobre a possibilidade de dolarização da economia será apresentada às 9 horas. Discutirão o tema, além do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os economistas Affonso Celso Pastore, Samuel Pinheiro Guimarães e Daniel Gleizer.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — O sen. Pedro Simon e o cientista político Paulo Kramer falam sobre reforma política
7h30 — *Entrevista* — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a área da saúde
8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 — *Saúde/Unip* — Dependência química — Parte 1
9h — Seminário "Dolarização x Pluralismo Monetário nas Américas: a Controvérsia Vista do Brasil" — Parte 2 (gravado)
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h — *Cores do Brasil* — Natal
12h30 — *Entrevista* — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a área da saúde
13h — *Fala Cidadão* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores
13h30 — *Debate* — O sen. Pedro Simon e o cientista político Paulo Kramer falam sobre reforma política
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Artur da Távola, secretário das Culturas do Município do Rio de Janeiro, fala sobre o livro no Brasil
19h — *Idéias* — Discursos e novos projetos apresentados pelos senadores

19h30 — *Debate* — O sen. Pedro Simon e o cientista político Paulo Kramer falam sobre reforma política
20h30 — *Entrevista* — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a área da saúde
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação: ABR: CC, 1, 11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Jefferson Péres quer ampliar poderes do Ministério Público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que dá mais poderes ao Ministério Público para a promoção de ações penais públicas e o controle externo da atividade policial. Segundo o senador, o Código de Processo Penal contém disposições que contrariam a Constituição, o que tem causado atrasos e falhas processuais, além de conflitos de competência entre o Ministério Público (MP) e a polícia. Segundo o artigo 129 da Constituição, cabe ao MP promover, privativamente, as ações penais e controlar externamente a polícia.

Jefferson Péres está propondo a mudança de seis artigos do Código Penal para sanar as divergências que ele identifica entre esse texto legal e a Constituição federal. O artigo 10 do Código, em seu parágrafo 1º, determina que a autoridade policial faça minucioso relatório das apurações de um caso e envie o materi-

al para o juiz competente. Na proposta do senador, a polícia mandará o relatório ao Ministério Público.

Estão sendo alterados também os artigos 13, 14, 16, 18 e 23. Entre as prerrogativas atribuídas aos promotores públicos pelo projeto de Jefferson Péres, estão: atender a requerimento da polícia quando a devolução dos autos de um inquérito for necessária a novas investigações; receber da autoridade policial informações necessárias à instrução e ao julgamento dos processos; requerer novas diligências à polícia, a pedido de vítima, seu representante legal, ou do indiciado; devolver o inquérito à polícia quando novas investigações forem necessárias para oferecer denúncia à Justiça; requerer novas investigações sobre inquérito arquivado diante do aparecimento de novas provas; e informar ao Instituto de Identificação e Estatística sobre infrações cometidas por indiciados em inquéritos.

Jucá: Brasil está desaparelhado para proteger riquezas marítimas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) reivindicou o reaparelhamento da Marinha e da Força Aérea do Brasil para permitir uma melhor proteção às riquezas marítimas das 200 milhas de Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Sem equipamentos modernos para fiscalizar a área, impedindo a pesca predatória de navios estrangeiros, a ZEE “é lero-lero”, disse Jucá, citando o ex-ministro da Marinha Mário César Flores.

Segundo Romero Jucá, haverá em 2001 uma batalha diplomática envolvendo direitos de pesca de atum, espadarte e marlins nas águas do Atlântico Sul. O Brasil já cumpre os requisitos para reivindicar 50% da tonelagem autorizada de 600 mil por ano, de modo a deslocar para o alto-mar a pesca industrial, deixando as águas litorâneas para a pesca artesanal, de importância social, explicou.

Ele afirmou, porém, que os esforços diplomáticos podem tornar-se inúteis caso o Brasil não disponha de uma Marinha de Guerra com capacidade de defender a ZEE. Os grandes pesqueiros de bandeira brasileira colaboram com a Marinha para localizar e denunciar navios estrangeiros em atuação ilegal na zona exclusiva e a Força Aérea também participa de ações conjuntas, mas os equipamentos sucateados



Segundo Jucá, o Orçamento deve garantir às Forças Armadas verbas para a defesa da costa brasileira

impedem uma fiscalização mais efetiva, segundo o senador.

Jucá acredita que há “má vontade” da opinião pública em relação aos gastos militares, em razão do “longo regime militar”, mas reafirmou a necessidade de o Brasil cuidar de sua defesa e soberania nacionais, objetivos estratégicos dos interesses maiores do país.

— Projetos como a construção de corvetas e de navios-patrolha de médio porte foram engavetados. É urgente que nós, parlamentares que examinamos o Orçamento da União, tenhamos em mente as reais necessidades das nossas Forças Armadas para cumprir seu papel de dissuadir a cobiça internacional — concluiu.

Patrocínio sugere avaliação oficial de pedras preciosas

Objetivo é evitar fraudes quando esses bens são oferecidos à penhora, em processos judiciais, para garantir o pagamento de dívidas

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto que altera o Código de Processo Civil para incluir avaliação oficial obrigatória de pedras preciosas, com chancela de banco oficial e de perito indicado pelo juízo, quando forem dadas em garantia de dívida. Na justificativa, Patrocínio alega que tem havido fraudes, no ato de nomear bens à penhora, cometidas por advogados, funcionários públicos e peritos privados, com prejuízos ao erário que já chegam a R\$ 100 milhões.

O senador citou reportagem da revista *Época* de novembro de 1999 segundo a qual o Ministério Público tem acompanhado questões de natureza fraudulenta na nomeação de garantia em penhora de pedras preciosas, em especial esmeraldas superavaliadas por peritos privados. De acordo com a reportagem, já estão em curso denúncias contra os acusados.

Patrocínio esclareceu que os



Segundo Carlos Patrocínio, as pedras preciosas devem ser avaliadas por perito oficial e ter a chancela de banco oficial

peritos superavaliam as pedras, estabelecendo valores que supostamente dariam para cobrir o valor da dívida. Como as pedras não têm o valor que lhes é atribuído, a execução torna-se inócua, além de desobrigar o devedor. “A operação marginal atingiu o poder público via Departamento Nacional de Produção Mineral”, disse.

Segundo Patrocínio, ao propor que as pedras preciosas, quando dadas em garantia de dívida e constarem do processo promovi-

do pela Fazenda Pública, tenham a chancela bancária oficial e a manifestação do perito oficial, o projeto afastará do processo “os peritos eventuais e aventureiros”:

— Aos autos terão acesso apenas os *experts* experimentados no cartório do próprio juízo, facultando, assim, aos magistrados, optar por qualquer deles e eliminar a vinculação estreita entre peritos e partes, geradora das fraudes apontadas — explicou o senador.

Mozarildo defende prioridade para o ensino nas regiões Norte e Centro-Oeste

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a adoção, no setor da educação, de alternativas diferenciadas para o Norte e o Centro-Oeste, baseadas na descentralização e no aumento de investimentos nessas regiões.

— A Amazônia e o Centro-Oeste são regiões de ecossistemas diferenciados, de equilíbrio delicado e que necessitam de um desenvolvimento específico. Não será possível realizar esse desenvolvimento sem que sejam colocados à disposição dessas regiões os meios necessários, gerados diretamente da pesquisa e da qualificação de recursos humanos, o que só poderá ser feito pelas universidades locais — avaliou.

Ao avaliar a presente situação do sistema educacional no Brasil, ele defendeu uma expansão qualitativa do ensino superior. Nesse sentido, recomendou ao Ministério da Educação “persistir na avaliação dos cursos, mas, também, investir na qualificação de professores, na melhoria das instalações e equipamentos e na descentrali-

zação de recursos”, para que seja possível oferecer um ensino superior “à altura das justas ambições e reais possibilidades” do país.

Ao analisar os dados do último Censo da Educação Superior, realizado ano passado, o senador destacou que, entre 1994 e 1999, mais do que dobrou o número de brasileiros que conseguiram concluir o curso médio: de 700 mil para além de 1,7 milhão. Nesse mesmo período, a população matriculada no ensino superior cresceu 43%, aproximando-se da marca de 2,4 milhões.

No entanto, prosseguiu o senador, os cursos pagos acumulam um crescimento de 59,1%, desde 1994, enquanto, nas instituições federais de ensino superior, esse aumento foi de apenas 21,8%. Tais números, concluiu ele, indicam que o sistema está diante de um impasse:

— O desempenho dessas instituições mostram que podem es-



Mozarildo também mostrou preocupação com a exclusão da universidade dos jovens sem recursos para pagar os estudos

tar ficando de fora da universidade de jovens sem condições de estudar em outra faculdade, que não a pública. Se considerarmos que apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos estão na universidade, num país com uma péssima distribuição de renda, é lógico supor que, dos 87% excluídos, boa parte não tem recursos para pagar pelo ensino superior — afirmou.



Segundo Freire, a privatização não pode ser feita sem participação efetiva do Congresso

Projeto de Freire exclui setor elétrico da privatização

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) vão examinar projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE) que exclui as atuais empresas geradoras e transmissoras de energia elétrica do programa de privatização. Na CAE, a matéria receberá decisão final, o que significa que, se aprovada, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso para que seja submetida ao Plenário do Senado.

Na justificativa do projeto, Freire afirma que o setor elétrico é estratégico para a economia, particularmente no momento em que a retomada do desenvolvimento experimentada pelo país, mesmo que tímida, aponta para riscos de crise no fornecimento de energia. Ele diz também não se opor, em princípio, à privatização do setor, mas avalia que, pela complexidade e importância da atividade, “a decisão sobre a privatização não pode ser tomada com base em autorização legislativa genérica e sem participação efetiva do Congresso”.

Outro argumento do senador é o de que a retirada do setor elétrico do programa de privatização representará firme sinalização dos poderes públicos para que se realizem investimentos de vulto na geração e distribuição de energia, principalmente na construção de usinas termelétricas e de pequenas hidrelétricas e na produção de outras formas de energia, como a eólica e a solar.

— Esse setor deve estar aberto à participação do capital privado — frisou o senador.

Freire acrescentou que as atuais empresas públicas de energia devem continuar públicas, “até para evitar que soluções de continuidade de uma privatização apressada provoquem crise do setor”.

Marluce pede maior acesso a água potável e saneamento

Senadora diz que os recursos reservados para o setor no Orçamento da União são irrisórios, principalmente para as regiões Norte e Nordeste

Em homenagem ao Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) discursou em Plenário, sexta-feira, para solicitar ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos detentores de mandatos políticos que trabalhem para proporcionar maior acesso à água potável e aos serviços básicos de saneamento. A senadora observou que cada um “deve fazer sua parte para a manutenção da paz e da felicidade no planeta”.

Marluce Pinto lembrou que a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) “tem se desdobrado para que todos os municípios possam ter acesso a água tratada”. Ressaltou, no entanto, que os recursos reservados para o setor no Orçamento da União são irrisórios, principalmente para as regiões Norte e Nordeste do país.

De acordo com a parlamentar, a



Marluce Pinto assinala o Dia Mundial da Água com análise da situação no Brasil e no mundo

Organização Mundial da Saúde (OMS) determinou que os investimentos mundiais em infraestrutura de abastecimento devem passar dos atuais US\$ 16 bilhões anuais para US\$ 23 bilhões, para reduzir à metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso à água potável.

Segundo dados da OMS, citados pela senadora, metade da população mundial — ou 3,4 bilhões de pes-

soas — é atingida ou ameaçada por doenças causadas pela falta de água ou pelo consumo de água insalubre. Essas doenças são a malária, a disenteria, o cólera, o tifo e a esquistossomose. De acordo com Marluce, há um bilhão de pessoas bebendo água não tratada e 2,4 bilhões vivendo sem as mínimas condições sanitárias.

Marluce Pinto citou uma série de conflitos mundiais decorrentes de disputa por água potável para mostrar a condição privilegiada do Brasil, que detém um quinto de toda a água doce do planeta. Mesmo assim, o país já sofre com a falta de água, pois a represa de Furnas tem hoje 22,6% de sua capacidade — índice mais baixo de toda a história, que pode levar a um racionamento de energia elétrica nas regiões Sul e Sudeste.

Senadora registra conquista de servidores

A senadora Marluce Pinto parabenizou os servidores civis dos ex-territórios de Roraima, Acre, Amapá e Rondônia pela criação de seu Programa de Assistência à Saúde. De acordo com a parlamentar, o programa foi instituído no último dia 19, com a publicação, no *Diário Oficial* da União, de portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

— A portaria é fato irreversível e beneficiará cerca de 100 mil servidores dos quatro estados, além

de seus filhos, pais e dependentes amparados na lei — afirmou a senadora.

Para Marluce Pinto, o programa representa uma conquista social que “traduz a tranquilidade do servidor e de sua família, que, até ontem, viviam inseguros e desamparados diante de quaisquer problemas de saúde”.

A senadora recomendou aos servidores dos quatro estados que procurem seus sindicatos, as chefias dos órgãos onde traba-

ham ou os respectivos departamentos de pessoal para que tomem conhecimento das normas do novo programa.

— Se a nós, políticos, com a ajuda de sindicatos e entidades de classe, cabe parcela na materialização desse fato, o verdadeiro mérito é de cada servidor individualmente. Foi ele, afinal, que jamais ficou diante das dificuldades e manteve acesa a fé de ver realizado um direito que é seu — disse Marluce Pinto.

Mauro saúda 70 anos de emancipação de Inhumas

Os 70 anos de emancipação política do município de Inhumas, no estado de Goiás, foram lembrados pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). O senador afirmou que a cidade é reconhecida como uma das mais importantes do interior, pelo seu comércio exuberante, moderno parque industrial, agropecuária avançada e um centro médico-hospitalar que atende grande parte da população goiana.

A cidade é beneficiada por sua

localização geográfica privilegiada, consequência de sua proximidade com a capital goiana, o Distrito Federal e a Rodovia Belém-Brasília, disse o senador. Ele lembrou que, de acordo com os registros históricos, tropeiros e caixeiros-viajantes, dirigindo-se à cidade de Goiás, a antiga capital, foram os descobridores da região. No entanto, data de 1858 o marco inicial da cidade, com a aquisição da Fazenda Cedro por João Antônio da Barra Ramos.

Mauro explicou que em 1928 a cidade recebeu o nome de Inhumas, inspirada pelas “aves de porte elegante, penas negras e canto nostálgico”, um dos símbolos de

Goiás. Sua emancipação ocorreu no dia 19 de março de 1931, tendo José Rodrigues Rabêlo como seu primeiro prefeito. O município conta hoje com 43.938 habitantes.



Mauro destacou a importância do município



Cândido diz que o projeto pode ser encarado como uma medida de segurança

Cândido quer limitar jornada de trabalho de motoristas

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou projeto de lei que fixa em até seis horas diárias e 30 horas semanais a jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos. O projeto será submetido à decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto admite a possibilidade de que, por motivo de força maior, o trabalho dos motoristas profissionais exceda em até duas horas diárias o previsto. Quando essa necessidade ocorrer, a empresa deve comunicar o fato à autoridade competente em matéria de trabalho e ao sindicato dos trabalhadores. O comunicado deve ser feito no prazo improrrogável de dez dias, sob pena de multa de 500 Ufirs por dia de atraso. Nessa situação, de acordo com o projeto, os trabalhadores têm direito a uma remuneração no mínimo 50% maior do que a da hora normal.

O caos que se constata no trânsito das grandes cidades está, na opinião de Cândido, estimulando a agressividade dos motoristas e exigindo desses profissionais uma enorme perícia ao guiar os veículos. Na avaliação do parlamentar, quem, por força do ofício, chega a dirigir veículos de grande porte por um período superior a oito horas diárias está mais sujeito ao estresse do que uma pessoa qualquer.

O senador destaca ainda que, como o excesso de horas ao volante contribui para o aumento significativo do número de acidentes de trânsito, o projeto pode ser encarado como uma medida de segurança.